

Comentário III sobre o artigo **Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica** (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

ARDIS DO PLAGIATO

Plagiarism's ardis

Paulo Rogério Meira MENANDRO*

Ser convidado a comentar texto no qual é fácil reconhecer inúmeras qualidades é sempre um prazer acadêmico especial. A tarefa de escrever sobre o artigo “Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica”, de Debora Diniz e Ana Terra Mejia Munhoz, é exemplo da situação acima mencionada. Ressalto, inicialmente, a oportuna decisão dos editores da *Argumentum* de selecionar o tema do plágio na comunicação científica como alvo de debate, além do acerto de propor o texto de Debora Diniz e Ana Terra Munhoz para tal finalidade, considerando que ele, de fato, tem virtudes para tanto.

A questão do plágio pode ser vista por diversas facetas e tem sido objeto de preocupação mesmo nos mais altos níveis da formação educacional, como assinala o artigo examinado, referindo-se tanto ao Brasil como a

outros centros de produção acadêmica. Em nosso país, uma clara evidência dessa realidade no âmbito da formação educacional e da produção científica é o fato de a instituição responsável pela avaliação e pelo fomento da pós-graduação – a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes) – ter divulgado, no início de 2011, um alerta e um conjunto de orientações sobre como lidar com o plágio.

Vários Programas de Pós-Graduação do país adotaram a prática de, já no momento da recepção dos novos mestrandos e doutorandos, abordar a questão da cópia de textos publicados sem identificá-los de forma explícita como a fonte do material copiado. Vale assinalar, de antemão, que a utilização do texto que aqui está sendo comentado no âmbito de tal prática poderá ser muito proveitosa.

* Doutor em Psicologia. Professor do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: <paulomenandro@uol.com.br>.

Na discussão levada adiante pelas instituições, são exploradas tanto as implicações éticas como legais do plágio, e são enfatizados os múltiplos riscos envolvidos. De fato, a situação é curiosa no sentido de tratar-se de prática que pode levar todos os envolvidos (direta ou indiretamente) a perdas. Perde o autor do texto plagiado, pelo não reconhecimento de sua contribuição e da consequente falta de valorização (via citação) de sua produção, que é aspecto básico na disputa de recursos para viabilizar novas realizações como pesquisador e autor. Perdem os editores de periódicos, que devem incluir entre seus pesadelos a desagradável surpresa de, eventualmente, publicar um texto de segunda mão o que, dependendo da engenhosidade do ardil tramado pelo plagiário, poderá não ser identificado como cópia por pareceristas e editores associados. Perde a ciência, que, diante da opinião pública, corre o risco de passar a ser vista sob suspeição de falta de seriedade e de constituir um terreno no qual vicejam estelionatários com altos títulos universitários.

Perde a sociedade, que financia investigações que devem objetivar descobertas, proposições e inovações, e não cópias e pastiches. Perdem, em algum momento, os próprios plagiadores, que dificilmente deixarão de ser identificados com o passar do tempo – lembrando que, ao angariarem maior notoriedade em decorrência de suas práticas

fraudulentas não descobertas, aumentam as chances de que essas mesmas práticas sejam detectadas e denunciadas. Como dizem Debora Diniz e Ana Terra Munhoz a respeito do copista:

Se seus escritos forem lidos, seu plágio será certamente descoberto. O destino do copista é sempre a humilhação pública (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

A sofisticação da tecnologia de informação gerou facilidades de acesso a enormes bibliotecas virtuais, inimagináveis até algumas décadas atrás. Tal realidade criou condições que expandiram de forma extraordinária o terreno que o plagiador pode explorar, mas é interessante constatar que os próprios mecanismos de busca que foram desenvolvidos trazem em si mesmos o antídoto, ou seja, a possibilidade de identificar com presteza plágios literais ou descuidados. Nas palavras das autoras do texto a partir do qual foram elaboradas as presentes considerações,

[...] no universo da comunicação científica em revistas acadêmicas é exatamente o ambiente virtual, a possibilidade da rápida disseminação da informação e o amplo acesso aos periódicos científicos por bases eletrônicas livres que permitem o controle permanente do plágio (DINIZ; MUNHOZ, 2011).

É preciso lembrar, não obstante, que são muitos os ardis do plagiato (como também assinalam as citadas autoras) e que há casos que

caracterizam verdadeiras proezas de dissimulação nos quais a identificação da apropriação dos textos ou das ideias de outros não se realiza de forma tão simples e automática.

O fato de a conotação atual do plágio entre nós poder diferir de compreensões vigentes em outras épocas ou em outras culturas não justifica qualquer argumento propositor de tolerância, mesmo porque, atualmente, é possível falar em convergência de entendimentos sobre o tema e estabelecimento de medidas punitivas similares para as transgressões.

Está mencionada no texto “Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica” a hipótese de ter ocorrido uma explosão do fenômeno do plágio com as novas mídias digitais. A plausibilidade da hipótese não pode esconder o aspecto saudável da ampliação da disponibilidade de fontes de informação e, em consequência, da maior transparência do contexto tomado como um todo.

Debora Diniz e Ana Terra Munhoz destacam que a disseminação do plágio em contextos de avaliação acadêmica nas escolas de ensino médio é preocupante e que tal *praga*, por inevitável decorrência, também alcança as universidades. É como se os estudantes incorporassem, no processo de sua formação, a equivocada convicção de que tudo aquilo a que se pode ter acesso no

ambiente virtual pode ser apropriado como criação própria.

Faço aqui uma digressão para lembrar uma situação comparável à que foi descrita e que hoje pode ser lembrada com bom humor. No início do século XX, música popular era parte das atividades de entretenimento de reuniões de amigos, muitas vezes surgia de improvisos em situações públicas, não comportava claramente a ideia de autoria e a quase ninguém ocorria a possibilidade de sobreviver como compositor desse tipo de música.

A expressão *quase ninguém* foi usada na frase anterior de forma preventiva, pois sempre aparecia algum esperto que antevia vantagens em registrar e, oportunamente, transformar em produto rentável algumas dessas composições cantadas entre amigos e conhecidos. Um dos pioneiros dessa prática foi José Barbosa da Silva, o compositor Sinhô, que protagonizou conflitos em decorrência de seus furtos ou plágios musicais e que chegou a inspirar o músico e artista plástico Heitor dos Prazeres a compor em sua homenagem uma irônica canção intitulada “Rei dos meus sambas”. Sinhô se defendia com o hoje inacreditável argumento que se tornou parte do folclore da música popular no país, qual seja, o de que “[...] samba é como passarinho, é de quem pegar” (ENCICLOPÉDIA..., 1977, p. 720).

Retornando ao tema dos trabalhos

escolares no contexto proporcionado pela internet, é como se, analogamente, fosse possível falar em pardais digitais em revoada na *grande rede* que podem ser capturados e apropriados por qualquer um. De fato, trabalhos escolares são *montados* com recortes que não costumam ser objeto de qualquer reflexão, mas apenas de verificação superficial de que sua temática ajusta-se ao que o professor pediu. Tais práticas alcançam também a vida universitária. Estão disponíveis estudos (cf. p. ex.: BARBASTEFANO; SOUZA, 2007; SILVA, 2008) que evidenciam que o volume de plágios admitido por estudantes participantes das investigações é expressivo e que tais plágios são construídos, predominantemente, a partir de material consultado por meio da internet. Ainda que seja óbvio, vale assinalar que não cabe qualquer pretensão de *proibir* a internet, com o que medidas práticas devem ser pensadas em outra perspectiva.

Como o texto de Debora Diniz e Ana Terra Munhoz ressalta, com muita propriedade, o que isso aponta é a necessidade de transformações no processo pedagógico, no sistema de avaliação e nas condições de trabalho dos docentes, cuja parcela de responsabilidade em tal quadro não pode ser escamoteada. Na tarefa de orientação de trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, por exemplo, acompanhar, na medida do possível, as diversas

etapas da investigação, e sempre ler de imediato os relatos parciais que constituirão o trabalho final, à medida que cada um deles é elaborado, constituem cuidados que reduzem as chances de algum orientando com dificuldades de prazo ou sem preocupações éticas apelar para soluções ilícitas. Não se trata de garantia de que problemas serão evitados, mas sim de aumento das chances de que eles não venham a ocorrer. Infelizmente, nem todos os docentes atuam em condições que facilitem a adoção de providências desse tipo.

Um aspecto não mencionado de forma direta no texto que serviu de base para reflexão, mas que considero importante mencionar como contribuição ao tema, diz respeito ao fato de sistema de ciência e tecnologia exigir submissão de projetos para serem avaliados, com vistas à obtenção de financiamentos e bolsas, às mais diversas agências de fomento no país (o que inclui agências federais, estaduais e municipais) e no exterior. Sistemas desse tipo precisam acionar milhares de pareceristas, anônimos na perspectiva dos autores dos projetos.

É preciso garantir que todo o histórico a respeito de quais avaliadores tiveram acesso a quais projetos permaneça preservado de modo a permitir consultas e rastreamentos em casos de demandas respeitantes a plágios de procedimentos ou de ideias. Sistemas

em que muitos pareceristas (ainda que, por princípio, tenham sido selecionados por sua qualificação e por seu histórico de realizações) têm acesso a muitas propostas, cujas características principais devem mesclar ineditismo e criatividade, constituem terreno potencialmente fértil para que algum indivíduo inescrupuloso que a ele tenha tido acesso engendre novas artimanhas que resultem em plágio de concepções e propostas ainda inéditas. Entendo que esse é um motivo de preocupação justificável para o qual antídotos devem ser buscados, e considero um desafio lidar com a complexidade das situações que podem se apresentar no âmbito de tal faceta do plágio. O plágio de ideias pode ser considerado uma das modalidades mais inquietantes de fraude intelectual e os mecanismos atualmente disponíveis para a identificação de plagiadores são insuficientes para constatá-lo e comprová-lo.

Debora Diniz e Ana Terra Munhoz também mencionam o autoplágio – “[...] a prática da repetição de um texto em diversas publicações pelo mesmo autor” –, considerado pelas autoras como *cada vez mais comum*. Apoiadas na argumentação jurídica de que o plágio só se caracteriza havendo cópia de texto de um autor por outro, elas foram levadas a tratar o autoplágio de uma forma transigente que discrepa do restante de seu escrito. Apesar de bem-humorado, o texto mostra-se

excessivamente condescendente ao propor que *o mais correto seria descrever as cópias duplicadas como o uso abusivo da paciência dos leitores, que esperam argumentos novos e são expostos a fac-símiles*. Trata-se do único senão que manifesto em relação ao conteúdo do texto.

Considerando que a autocitação é prática corrente, ainda que algumas vezes ocorra de forma tão exagerada a ponto de caracterizar uma espécie de *lautocitação*, entendo que seria adequado considerar o autoplágio como fraude deliberada da qual o autor se vale em proveito próprio (mas em desproveito das publicações acadêmicas e da ciência), ou seja, como artefato para a elevação artificial do volume de sua produção publicada, o que aumenta suas chances de angariar recursos e prestígio no caso de sua fraude manter-se insabida.

As autoras de “Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica” foram cuidadosas ao assinalar a inexistência de evidências que atestem, de forma inequívoca, *o crescimento do fenômeno do plágio na comunicação científica confiável*, destacando que *a comunidade científica possui um sistema robusto de controle e sanções éticas ao plágio*. Talvez seja possível alterar em parte tal afirmação, concordando com ela, para acrescentar que a comunidade científica está organizada de tal forma que ela própria já constitui um sistema de controle, capaz, inclusive,

de identificar *novidades criativas* engendradas por plagiadores. As próprias autoras tocam em tal ponto ao registrarem que *a ação dos leitores e dos editores de periódicos é particularmente importante para o reconhecimento da autoria como um direito e da criação como o motor do desenvolvimento intelectual.*

O texto “Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica” destaca que mecanismos de identificação e punição do plágio vêm sendo aprimorados e incluem o desenvolvimento de programas computacionais voltados à detecção de cópias, a criação de comissões de especialistas na caracterização de plágios encarregadas de auditar trabalhos acadêmicos e a formalização de processos de expulsão de plagiadores dos quadros de suas instituições. Não poderia ser diferente, mas essa vertente do policiamento do plágio precisa ser acompanhada de medidas de outra natureza, e as autoras do texto estão cientes disso.

É provável que a principal realização a ser buscada seja a do aprimoramento da formação ética e dos padrões de relacionamento entre os diversos atores presentes na cena educacional. A formação ética é tarefa complexa, que não cabe exclusivamente às instituições educacionais, mas cabe a tais instituições garantir a presença de modelos de atuação ética e inibir a proliferação das diversas

modalidades de violência acadêmica, entre elas a usurpação do trabalho intelectual de alguém, tal como discutido em Souza (2008). Há um ponto específico nessa esfera da cópia dissimulada em trabalhos escolares que merece ser abordado por guardar potencial ligação com o plágio no contexto científico. Barbastefano e Souza (2007) chamam a atenção para a necessidade de que trabalhos escolares sujeitos à avaliação sejam planejados e orientados de forma que o aluno perceba que a tarefa que deve cumprir constitui oportunidade real para seu próprio crescimento, constitui oportunidade de exercitar seu potencial de criatividade e de formular contribuições pessoais.

Os autores citados destacam que, não sendo assim, cresce o risco de os estudantes serem formados dando pouco valor ao próprio trabalho, não o reconhecendo como válido e como merecedor de proteção intelectual. Se os próprios trabalhos não ensejam preocupação com criação e autoria, é paradoxal pretender que o trabalho de outros deva produzir tal resultado.

Referências

- DINIZ, Debora e MUNHOZ, Ana Terra Mejia. **Cópia e pastiche:** plágio na comunicação científica, Vitória, 2011. Texto de referência ainda inédito e não publicado.
- BARBASTEFANO, R. G.; SOUZA, C. G. Percepção do conceito de plágio

acadêmico entre alunos de Engenharia de Produção e ações para sua redução. **Revista Produção on line**, Florianópolis, edição especial, não paginado, 2007. Disponível em: <<http://www.producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/view/52>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

ENCICLOPÉDIA da Música Brasileira: Erudita, Folclórica, Popular. São Paulo: Art Editora, 1977.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 357-368, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>>.

SOUZA, L. Alteridade, processos identitários e violência acadêmica. In: ROSA, E. M.; SOUZA, L.; AVELLAR, L. Z. (Orgs.). **Psicologia Social: temas em debate**. Vitória: Abrapso/GM Editora, 2008. p. 168-198.